



# Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana

O novo século começou com uma declaração de solidariedade e uma determinação sem precedentes de livrar o mundo da pobreza. Em 2000, a Declaração do Milénio da ONU, adoptada na maior reunião de chefes de Estado de sempre, comprometeu países – ricos e pobres – a fazer tudo o que puderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir metas concretas de avanço do desenvolvimento e redução da pobreza, até 2015, ou antes.

Emanado da Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio vinculam os países a fazer mais no ataque aos rendimentos inadequados, à fome generalizada, desigualdade de género, deterioração ambiental e à falta de instrução, cuidados de saúde e água potável (caixa 1). Também incluem acções para reduzir a dívida e aumentar a ajuda, comércio e transferências de tecnologia para os países pobres. O Consenso de Monterrey, de Março de 2002 — reafirmado na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, e no Plano de Execução de Joanesburgo — dá um enquadramento a esta parceria entre países ricos e pobres.

É difícil pensar numa altura mais propícia para mobilizar apoios para uma parceria mundial como esta. Em 2003, o mundo assiste a conflitos ainda mais violentos, acompanhados de maior tensão internacional e de medo do terrorismo. Alguns podem argumentar que a guerra contra a pobreza deve ficar para trás até que a guerra contra o terrorismo seja ganha. Mas não têm razão. A necessidade de erradicar a pobreza não concorre com a necessidade de tornar o mundo mais seguro. Pelo contrário, erradicar a pobreza devia contribuir para um mundo mais seguro – a visão da Declaração do Milénio.

Para tratar da pobreza é preciso compreender as suas causas. Este Relatório contribui para essa compreensão, analisando as causas radicais do fracasso do desenvolvimento. Durante a década de 1990, os

debates sobre o desenvolvimento concentraram-se em três conjuntos de questões. O primeiro foi a necessidade de reformas económicas para criar estabilidade macroeconómica. O segundo foi a necessidade de instituições fortes e de boa governação — para impor o estado de direito e controlar a corrupção. O terceiro foi a necessidade de justiça social e de envolver as pessoas nas decisões que as afectam, a elas e às suas comunidades e países – uma questão que este Relatório continua a defender.

Estas questões são cruciais para o desenvolvimento humano sustentável e continuam a merecer uma atenção prioritária na decisão política. Mas passam ao lado de um quarto factor, aqui explorado: os constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio apresentado neste Relatório propõe uma abordagem política para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que começam pelo tratamento desses constrangimentos.

**O controlo nacional – pelos governos e pelas comunidades – é essencial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na verdade, os Objectivos podem estimular o debate democrático e é mais provável que os líderes tomem as medidas necessárias para os Objectivos quando houver pressão das populações envolvidas**

Os Objectivos só terão êxito se significarem alguma coisa para os milhares de milhões de indivíduos a que se destinam. Os Objectivos têm que se tornar uma realidade nacional, abraçada pelos principais participantes – as pessoas e os governos. São um conjunto de pontos de referência para avaliar o progresso — e para proporcionar às pessoas a responsabilização dos políticos. Ajudam as pessoas a lutar pelo tipo de políticas e acções que hão-de criar empregos dignos, melhorar o acesso às escolas e erradicar a corrupção. Também são compromissos dos líderes nacionais,

## CAIXA 1

## Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

*Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia*

*Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome*

Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal

*Meta 3: Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*

Objectivo 3: Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres

*Meta 4: Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015*

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade de crianças

*Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos*

*continua na página seguinte*

CAIXA 1 (continuação)

### Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

*Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*

Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

*Meta 7: Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA*

*Meta 8: Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais*

Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental

*Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais*

*Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável*

*Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados*

Objectivo 8: Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

*Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso com a boa governação, o desenvolvimento e a redução da*

*continua na página seguinte*

que têm de ser responsabilizados pelos seus eleitorais em função do seu desempenho.

Quando adoptados pelas comunidades, os Objectivos podem estimular debates democráticos acerca do desempenho do governo, especialmente quando são disponibilizados dados imparciais – afixados à porta de cada junta de freguesia. Também podem tornar-se plataformas de campanha para políticos, como a campanha da Fome Zero do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva para eliminar a fome, incluída no manifesto do seu programa eleitoral.

Grupos da sociedade civil – desde organizações comunitárias a associações profissionais, passando por grupos de mulheres e redes de organizações não governamentais (ONG) – têm um papel importante na ajuda à execução e acompanhamento do progresso em direcção aos Objectivos. Mas estes também exigem estados capazes e eficientes, que cumpram os seus compromissos de desenvolvimento. E exigem mobilização popular para sustentar a vontade política de os atingir. Essa mobilização popular exige culturas políticas abertas e participativas.

As reformas políticas, como a descentralização dos orçamentos e das responsabilidades pelo fornecimento de serviços básicos, colocam a tomada de decisão mais perto das pessoas e reforçam a pressão popular para a realização dos Objectivos. Onde funcionou – como nalgumas zonas do Brasil, Jordânia, Moçambique e nos estados indianos de Kerala, Madia Pradexe e Bengala Ocidental – a descentralização trouxe melhorias significativas. Pode levar a serviços governamentais que respondem mais depressa às necessidades das pessoas, à denúncia da corrupção e à redução do absentismo.

Mas a descentralização é difícil. Para ter êxito, precisa de uma autoridade central capaz, de autoridades locais empenhadas e com poder financeiro e de cidadãos empenhados numa sociedade civil bem organizada. Em Moçambique, autoridades locais empenhadas e com capacidade financeira aumentaram a cobertura de vacinação e as consultas pré-natal em 80%, vencendo limitações de capacidade através da contratação de Organizações Não Governamentais (ONG) e de fornecedores privados a nível municipal.

Experiências recentes também mostraram como os movimentos sociais podem levar a uma tomada de decisão mais participativa, como na monitorização pública dos orçamentos locais. Em Porto Alegre, no Brasil, essa monitorização trouxe enormes melhorias aos serviços. Em 1989, pouco menos de metade dos

habitantes da cidade tinha acesso a água potável. Sete anos mais tarde, quase todos tinham. A escolarização primária também duplicou durante esse período e os transportes expandiram-se a zonas afastadas.

Este tipo de acção colectiva melhora os serviços básicos e ajuda a estimular e sustentar a vontade política. Cidadãos comuns pressionam os seus líderes para cumprirem os seus compromissos políticos. E os Objectivos fornecem aos cidadãos um instrumento que lhes permite exigir a responsabilização dos seus governos.

### Porque os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não se concretizarão com uma abordagem normal, o ritmo do progresso tem que ser drasticamente acelerado

Os últimos 30 anos assistiram a melhorias significativas no mundo em desenvolvimento. A esperança de vida aumentou oito anos. O analfabetismo foi reduzido em quase metade, passando para 25%. E na Ásia Oriental, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia foi reduzido para quase metade só nos anos de 1990.

Mesmo assim, o desenvolvimento humano está a avançar demasiado devagar. Para muitos países, os anos de 1990 foram uma década de desespero. Há 54 países que estão actualmente mais pobres do que em 1990. Em 21, há uma maior percentagem de pessoas com fome. Em 14, há mais crianças a morrer antes dos cinco anos. Em 12, a escolarização primária estão a diminuir. Em 34, a esperança de vida diminuiu. Antes, estas reversões da sobrevivência eram raras.

Outro sinal de uma crise de desenvolvimento é o facto de se verificar, em 21 países, um declínio do índice de desenvolvimento humano (IDH, uma medida sumária de três dimensões do desenvolvimento humano – ter uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um nível de vida digno). Também isto era raro até ao fim dos anos de 1980, porque as capacidades captadas pelo IDH não se perdem facilmente.

Se o progresso mundial continuar ao mesmo ritmo dos anos de 1990, só o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a privação de rendimento e a proporção da população sem acesso a água potável continuará a ter uma probabilidade realista de ser atingido, graças, principalmente, à China e à Índia. Regionalmente, ao ritmo actual, a África Subsariana só atingiria os Objec-

tivos da pobreza em 2147 e em relação à mortalidade de crianças, só em 2165. Quanto ao HIV/SIDA e à fome, as tendências na região estão a piorar – e não a melhorar.

O facto de, nos 12 anos que faltam para 2015, tantos países em todo o mundo ficarem muito longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio aponta para uma necessidade urgente de mudar de caminho. Mas os anteriores êxitos de desenvolvimento mostram o que é possível, mesmo em países muito pobres. O Sri Lanka conseguiu aumentar a esperança de vida em 12 anos, entre 1945 e 1953. O Botswana dá outro exemplo inspirador: a escolarização bruta no ensino primário saltou de 40% em 1960 para quase 91% em 1986.

O mundo de hoje tem mais recursos e saber-fazer do que nunca para enfrentar os desafios das doenças infecciosas, baixa produtividade, falta de energia limpa e transportes e da falta de serviços básicos como água potável, saneamento, escolas e cuidados de saúde. O problema é a melhor forma de aplicar os recursos e o saber-fazer para beneficiar as pessoas mais pobres.

**Há dois grupos de países que precisam de mudanças de direcção urgentes. Primeiro, estão os países que conjugam desenvolvimento humano baixo e mau desempenho em relação aos Objectivos – os países de prioridade máxima e alta. Segundo, estão os países que progridem bem em direcção aos Objectivos mas têm bolsas profundas de pessoas pobres a ficarem para trás**

Há 59 países de prioridade máxima e alta em que o fracasso do progresso e níveis de partida terrivelmente baixos minam muitos dos Objectivos. É nesses países que devem ser concentrados a atenção e os recursos mundiais.

Nos anos de 1990, estes países enfrentaram muitos tipos de crises:

- *Privação de rendimento*: as taxas de pobreza, já elevadas, aumentaram em 37 dos 67 países com dados.
- *Fome*: em 19 países, mais de uma em cada quatro pessoas está a ficar com fome e a situação não está a melhorar, ou está a piorar. Em 21 países, a taxa de fome aumentou.
- *Sobrevivência*: em 14 países, a mortalidade de menores de cinco anos aumentou nos anos de 1990

e em 7 países, quase uma de cada quatro crianças não verá o seu quinto aniversário.

- *Água*: em 9 países, mais de uma em cada quatro pessoas não tem acesso a água potável, e a situação não está a melhorar, ou está a piorar.
- *Saneamento*: em 15 países, mais de uma em cada quatro pessoas não tem acesso a saneamento adequado, e a situação não está a melhorar, ou está a piorar.

Subjacente a todas estas crises está uma crise económica. Não só estes países já são extremamente pobres, mas também as suas taxas de crescimento são terrivelmente baixas.

Nos anos de 1990, o crescimento do rendimento per capita médio foi inferior a 3% em 125 países em desenvolvimento e em transição, e em 54 destes países, o rendimento per capita desceu. Dos 54 países com rendimento em declínio, 20 são da África Subsariana, 17 da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI), 6 da América Latina e Caraíbas, 6 Ásia Oriental e Pacífico, e 5 dos Países Árabes. Estão incluídos aqui muitos países prioritários, mas também alguns países com desenvolvimento humano médio.

Os países que estão menos expostos ao público são os que progridem bem, mas excluem ou deixam para trás certos grupos e áreas. Todos os países devem tratar das disparidades significativas entre grupos – entre homens e mulheres, entre grupos étnicos, entre raças e entre áreas urbanas e rurais. Isso exige que se olhe para além das médias nacionais.

Muitos países com médias nacionais que indicam um progresso adequado em direcção aos Objectivos, e nos prazos fixados, têm profundas bolsas de pobreza enraizada. Durante a década de 1990, a China retirou 150 milhões de pessoas da privação de rendimentos. Mas esta realização espectacular concentrou-se nas regiões costeiras. Nas outras regiões, persistem profundas bolsas de pobreza. Nalgumas regiões do interior, o progresso económico é muito mais lento do que no resto do país.

Em vários países, os Objectivos podem ser atingidos com mais facilidade, apenas melhorando as circunstâncias das pessoas que já estão bem. Há provas que sugerem que isto está a acontecer na saúde. Mas se esta abordagem pode ajustar-se à letra dos Objectivos, não se ajusta ao seu espírito. Mulheres, populações rurais, minorias étnicas e outras pessoas pobres progridem normalmente mais devagar do que a média nacional – ou não mostram progressos –

CAIXA 1 (continuação)

### Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

*pobreza – tanto a nível nacional como internacional)*

*Meta 13: Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e de quotas, um programa melhorado de alívio e cancelamento da dívida bilateral pública e uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza)*

*Meta 14: Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e das deliberações da 22ª Assembleia Geral)*

*Meta 15: Tratar de maneira compreensiva os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo*

*Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, promover e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens*

*Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e a preços compatíveis nos países em desenvolvimento*

*Meta 18: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e comunicação*

*A atenção da política mundial deve ser focada nos países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento*

mesmo quando os países, como um todo, estão a caminhar em direcção aos Objectivos.

Dos 24 países em desenvolvimento com dados subnacionais sobre a mortalidade de crianças, entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, apenas 3 reduziram o hiato nas taxas de mortalidade de menores de cinco anos, entre os grupos mais ricos e os mais pobres. Podem encontrar-se padrões similares na cobertura da vacinação e escolarização e taxas de conclusão escolar, onde os hiatos urbano-rural e étnico parecem persistir ou estar a agravar-se. As mulheres das áreas pobres também tendem a ser excluídas do progresso global em direcção aos Objectivos.

---

**O Pacto de Desenvolvimento do Milénio é um plano de acção destinado principalmente aos países de prioridade máxima e alta que, na sua maioria, precisam de apoio**

A atenção da política mundial deve ser focada nos países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento. Sem uma mudança de direcção imediata, não atingirão, certamente, os Objectivos. Com isto em mente, este Relatório apresenta um novo plano de acção destinado principalmente a esses países: o Pacto de Desenvolvimento do Milénio.

Para atingir o crescimento sustentável, os países têm que atingir limiares básicos em várias áreas fundamentais: governação, saúde, educação, infra-estruturas e acesso aos mercados. Se um país ficar abaixo do limiar em qualquer dessas áreas, pode cair na “armadilha da pobreza”.

A maioria dos países de prioridade máxima e alta está a tentar atingir esses limiares básicos. Todavia, enfrentam obstáculos estruturais profundamente instalados, que terão dificuldade em vencer por si próprios. Os obstáculos incluem barreiras aos mercados internacionais e níveis elevados de dívida – muito acima do que podem pagar dada a sua limitada capacidade de exportação. Outro obstáculo importante é o tamanho e a localização de um país. Outros constrangimentos estruturais ligados à geografia de um país incluem baixa fertilidade dos solos, vulnerabilidade a choques climáticos, ou desastres naturais e doenças implacáveis como a malária. Mas a geografia não é um destino. Com políticas adequadas, esses desafios podem ser vencidos. Melhores estradas e comunicações e uma integração mais

profunda com os países vizinhos pode aumentar o acesso aos mercados. Políticas de prevenção e tratamento podem mitigar significativamente o impacto de doenças pandémicas.

As mesmas condições estruturais que contribuem para a armadilha da pobreza de todo um país, também podem afectar grandes grupos populacionais em países que, sob outros aspectos, são relativamente prósperos. As regiões remotas do interior da China, por exemplo, enfrentam distâncias muito maiores dos portos, infra-estruturas muito piores e condições biofísicas muito mais duras do que as regiões costeiras do país – que nos últimos anos têm gozado do mais rápido crescimento económico da história. Reduzir a pobreza nas regiões mais pobres exige políticas nacionais que reafectem recursos para essas regiões. A máxima prioridade política, neste caso, é aumentar a equidade e não só o crescimento económico.

As respostas políticas aos constrangimentos estruturais exigem intervenções simultâneas em várias frentes – juntamente com maior apoio externo. Seis cachos de políticas podem ajudar os países a sair das suas armadilhas de pobreza:

- Investir cedo e ambiciosamente na educação básica e na saúde, estimulando ao mesmo tempo a igualdade de género. Estas são condições prévias do crescimento económico sustentado. O crescimento, por sua vez, pode gerar emprego e aumentar o rendimento – realimentando mais ganhos na educação e na saúde.
- Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores em ambientes desfavoráveis – isto é, da maioria das pessoas com fome do mundo. Uma estimativa fiável diz que 70% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura.
- Melhorar as infra-estruturas básicas – como portos, estradas, energia e comunicações – para reduzir os custos de fazer negócios e vencer barreiras geográficas.
- Intensificar uma política de desenvolvimento industrial que alimente a iniciativa empresarial e ajude a diversificar a economia, afastando-a da dependência das exportações de produtos primárias – com um papel activo para as pequenas e médias empresas.
- Promover a governação democrática e os direitos humanos para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de todas as pessoas.
- Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã, de modo que as melhorias do desenvolvimento sejam de longo prazo.

O pensamento que está por trás destas políticas afirma que para a economia funcionar melhor, outras coisas têm que ir ao lugar primeiro. É impossível reduzir a dependência das exportações de produtos primárias, por exemplo, se a força de trabalho não puder deslocar-se para a indústria por causa da sua baixa qualificação.

A tarefa que os países de prioridade máxima e alta enfrentam é demasiado grande para qualquer deles funcionar sozinho – especialmente os países mais pobres, que enfrentam barreiras invulgarmente altas com recursos muito limitados. Nesta matéria, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio não é apoloético. Os países mais pobres precisam de recursos externos significativos para atingirem níveis essenciais de desenvolvimento humano. Mas isto não é uma exigência de financiamento sem limites pelos países ricos – porque o Pacto também não é apoloético quanto à necessidade de os países pobres mobilizarem recursos internos, reforçarem políticas e instituições, combaterem a corrupção e melhorarem a governação, passos essenciais no caminho do desenvolvimento sustentável.

Os países não atingirão os Objectivos, a menos que adoptem planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos. Aqui, o Pacto argumenta que devia aplicar-se um novo princípio. Os governos dos países pobres e dos países ricos, bem como as instituições internacionais, deviam começar por perguntar que recursos são necessários para atingir os Objectivos, em vez de permitirem que o ritmo de desenvolvimento seja fixado pelos recursos limitados actualmente atribuídos.

Todos os países – especialmente os de prioridade máxima e alta – precisam de diagnosticar sistematicamente o que será necessário para atingir os Objectivos. Este diagnóstico devia incluir iniciativas que os governos de países pobres podem tomar, como a mobilização de recursos fiscais internos, a reorientação da despesa para serviços básicos, o recurso à experiência e financiamento privados e a introdução de reformas na governação económica. Tudo isto ainda deixará um grande hiato de recursos que os governos devem identificar. Vencer este hiato exigirá cooperação técnica e financeira adicional dos países ricos, incluindo o financiamento de custos recorrentes, alívio mais amplo da dívida, melhor acesso aos mercados e transferências crescentes de tecnologia.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de um único enquadramento para coordenar os esforços de desenvolvimento, baseado em estratégias de de-

envolvimento controladas nacionalmente e em programas de investimento público. Para os países de rendimento baixo, esse enquadramento ocorre através de Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, em vigor em cerca de duas dezenas de países e em vias de estar em mais duas dezenas. Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza ao enfrentarem os desafios dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de maneira mais sistemática, precisam de começar a perguntar o que é necessário para os alcançar – e a avaliar os hiatos de recursos e as reformas políticas necessárias que precisam de ser feitas.

---

**Reduzir para metade a proporção de pessoas em pobreza extrema (Objectivo 1) exigirá um crescimento económico muito mais forte nos países de prioridade máxima e alta em que o crescimento tem fracassado. Mas só o crescimento não será suficiente. As políticas também precisam de fortalecer as ligações entre crescimento mais forte e rendimentos mais elevados das famílias mais pobres**

Mais de 1,2 mil milhões de pessoas – uma em cada cinco na Terra – vivem com menos de um dólar por dia. Durante os anos de 1990, a proporção de pessoas com privação extrema de rendimentos caiu de 30% para 23%. Mas com uma população mundial a crescer, esse número apenas diminuiu 123 milhões – uma pequena parte do progresso necessário para eliminar a pobreza. E, excluindo a China, o número de pessoas extremamente pobres aumentou, na realidade, 28 milhões.

A Ásia do Sul e Oriental têm o maior número de pessoas com privação de rendimento, embora ambas as regiões tenham, recentemente, registado ganhos impressionantes. Como já se assinalou, nos anos de 1990, a China tirou 150 milhões de pessoas da pobreza – 12% da população – reduzindo para metade a sua incidência. Mas na América Latina e Caraíbas, Países Árabes, Europa Central e do Leste e na África Subsariana aumentou o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.

A falta de um crescimento sustentado redutor da pobreza tem sido um grande obstáculo para a diminuição da pobreza. Nos anos de 1990, apenas 30 de 155 países em desenvolvimento e em transição, com dados – cerca de um em cada cinco – atingiu um crescimento do rendimento per capita de mais de 3% ao ano. Como se assinalou, o rendimento médio diminuiu realmente em 54 desses países.

*Os países não atingirão os Objectivos, a menos que adoptem planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos*

*As tarifas sobre a importação protegem os mercados de países ricos e reduzem os incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que poderia contribuir para uma segurança alimentar mais sustentável*

Mas só o crescimento económico não é suficiente. O crescimento pode ser desumano ou reduzir a pobreza – dependendo do seu padrão, dos aspectos estruturais da economia e das políticas públicas. A pobreza aumentou mesmo nalguns países que registaram um crescimento económico global e, nas últimas duas décadas, a desigualdade de rendimento agravou-se em 33 de 66 países em desenvolvimento, com dados. Todos os países – especialmente os que apresentam um bom desempenho médio mas têm bolsas enraizadas de pobreza – devem executar políticas que reforcem as ligações entre crescimento económico e redução da pobreza.

É mais provável que o crescimento beneficie as pessoas pobres se tiver uma base ampla, em vez de se concentrar apenas nalguns sectores ou regiões, se for trabalho-intensivo (como na agricultura, ou no vestuário) em vez de capital-intensivo (como no petróleo) e se as receitas governamentais forem investidas em desenvolvimento humano (como saúde básica, educação, alimentação e serviços de água e saneamento). É menos provável que o crescimento beneficie pessoas pobres se tiver uma base estreita, se negligenciar o desenvolvimento humano, ou se discriminar áreas rurais, certas regiões, grupos étnicos ou mulheres na provisão de serviços públicos.

As políticas públicas que podem reforçar as ligações entre crescimento e redução da pobreza incluem:

- Aumentar o nível da eficiência e da equidade de investimentos em saúde básica, educação e água e saneamento.
- Aumentar o acesso dos pobres a terras, crédito, qualificações e outros activos económicos.
- Aumentar a produtividade e a diversificação dos pequenos agricultores.
- Promover o crescimento industrial intensivo em trabalho, envolvendo pequenas e médias empresas.

---

**Reduzir para metade a proporção de pessoas com fome (Objectivo 1) apresenta dois desafios: garantir o acesso a alimentação, hoje abundante, e aumentar a produtividade de agricultores, hoje com fome – especialmente em África**

O número de pessoas com fome baixou cerca de 20 milhões nos anos de 1990. Mas, excluindo a China, o número de pessoas com fome aumentou. A Ásia do Sul e a África Subsariana contêm as maiores concentrações de pessoas com fome. Na Ásia do Sul, o desa-

fió é aumentar a distribuição de comida disponível em abundância. Na África Subsariana, o desafio também envolve o crescimento da produtividade agrícola.

Podem ser utilizadas muitas acções públicas para reduzir a fome. Os stocks de reserva para estabilizar preços, especialmente a nível local, podem libertar alimentos para o mercado durante emergências alimentares – reduzindo a volatilidade dos preços. Muitos países, como a China e a Índia, têm sistemas desses. Os stocks alimentares podem ser particularmente importantes para países interiores susceptíveis a secas.

Além disso, muitas pessoas com fome não têm terras ou carecem de posse segura. É necessária a reforma agrária para prover as pessoas rurais pobres com acesso seguro à terra. As mulheres produzem grande parte dos alimentos na África Subsariana e na Ásia do Sul, mas mesmo assim não têm acesso seguro à terra.

A baixa produtividade agrícola também precisa de ser enfrentada, particularmente em regiões ecológicas marginais, com solos pobres e alta variabilidade climática. Os ganhos significativos da revolução verde passaram ao lado dessas áreas. É necessária uma revolução duplamente verde – uma revolução que aumente a produtividade e melhore a sustentabilidade ambiental. São necessários maiores investimentos para investigar e desenvolver melhores tecnologias e disseminá-las através de serviços de extensão. O mesmo em relação a investimentos em infra-estruturas, como estradas e sistemas de armazenamento. Todavia, os investimentos públicos e o apoio dos doadores à agricultura têm caído nas últimas décadas.

As tarifas sobre a importação protegem os mercados de países ricos e reduzem os incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que poderia contribuir para uma segurança alimentar mais sustentável. Os subsídios elevados nos países ricos também reduzem os incentivos para investir na segurança alimentar a longo prazo e deprimem os preços do mercado mundial – embora possam beneficiar os importadores líquidos de produtos alimentares.

---

**Alcançar o ensino primário universal e eliminar as disparidades de género na educação primária e secundária (Objectivos 2-3) exige que se enfrente a eficiência, a equidade e os níveis de recursos como problemas interrelacionados**

Nas regiões em desenvolvimento, mais de 80% das crianças estão matriculadas na escola primária. To-

davia, cerca de 115 milhões de crianças não frequentam a escola primária e a escolarização é extremamente baixa na África Subsariana (59%) e na Ásia do Sul (84%). Uma vez matriculada, há uma possibilidade em três de uma criança em África completar a escola primária. Além disso, um em cada seis adultos em todo o mundo é analfabeto. E mantêm-se escancarados os hiatos entre sexos: três quintos dos 115 milhões de crianças que estão fora das escolas são raparigas e dois terços dos 876 milhões de analfabetos adultos são mulheres.

A falta de instrução impossibilita qualquer pessoa de ter uma vida plena. Também retira à sociedade a possibilidade de ter uma base de desenvolvimento sustentável, porque a educação é decisiva para melhorar a saúde, a alimentação e a produtividade. O Objectivos da educação é, assim, fulcral para atingir os outros Objectivos.

Na maioria dos países pobres, a provisão da educação básica é altamente desigual, com os 20% mais pobres a receberem muito menos de 20% da despesa pública – enquanto os 20% mais ricos captam muito mais. Além disso, a educação primária recebe muito menos financiamento por estudante do que a educação secundária ou superior. Este modelo também discrimina as pessoas pobres, porque beneficiam muito mais com a educação básica.

As despesas da família com a educação, como propinas e uniformes, também desencorajam a matrícula – especialmente nas famílias pobres. A escolarização aumentou sensivelmente quando foram eliminados os uniformes e as propinas no Quênia, Malawi e Uganda. Um sistema equitativo também leva a melhores resultados: os países que têm um bom desempenho em matéria de educação tendem a gastar mais com as famílias mais pobres e com a educação primária.

Os países que eliminaram as disparidades de género na educação mostram como os pais podem ser encorajados a mandar as filhas à escola: localizando as escolas com proximidade, minimizando o desperdício de custos, programando horários escolares que contemplem as tarefas domésticas familiares e recrutando professoras (dando aos pais uma sensação de segurança). Os países com realização elevada que eliminaram as disparidades de género têm percentagens de professoras muito maiores do que as médias regionais.

Muitos sistemas escolares sofrem de ineficiências operacionais, com demasiadas crianças repetentes e

a abandonar a escola. Em países onde se falam várias línguas, ensinar na língua materna nos primeiros anos aumenta significativamente a experiência de aprendizagem. Programas de alimentação escolar também ajudam a trazer e a manter as crianças na escola; crianças com fome não conseguem aprender. Programas de primeira infância ajudam a preparar crianças que vão para a escola, especialmente as da primeira geração de estudantes das respectivas famílias.

Um desafio assustador em países com escolarização baixa é gerir os custos recorrentes para atingir um maior equilíbrio entre os salários dos professores – que normalmente absorvem 90% ou mais da despesa recorrente – e outros custos, como os de manuais. O baixo investimento atinge em particular as pessoas pobres, porque as elites e os grupos poderosos tendem a captar percentagens desproporcionadas dos pequenos orçamentos. Os pequenos orçamentos também tornam difícil a execução de reformas. Melhorar a equidade, ou a eficiência, é mais fácil quando os recursos da educação estão a aumentar.

Juntamente com o problema dos recursos, há o declínio do apoio dos doadores para a educação. Nos anos de 1990, esse apoio diminuiu 30% em termos reais, para 4,7 mil milhões de dólares – com apenas 1,5 mil milhões para a educação básica. Normalmente, os doadores também financiam equipamento e outros custos de investimento, em vez de manuais, salários dos professores e outros custos operacionais. Mas é aí que está o verdadeiro estrangulamento.

Tanto na provisão como no financiamento, o sector privado tem que fazer mais na educação secundária e superior. Os governos precisam de encorajar as ONG e o sector privado a expandir a oferta, embora mantendo o controlo dos padrões e centralizando dados sobre o número e a qualidade das escolas privadas. Num ambiente constrangido por recursos, a equidade e a eficiência exigem que os subsídios públicos à escolaridade primária privada não sejam conseguidos à custa da educação básica para as pessoas pobres.

Normalmente, os países podem gastar mais em educação quando as suas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam de gastar mais em educação para escaparem das suas armadilhas da pobreza – e não têm recursos suficientes para fazerem esses investimentos básicos.

*Normalmente, os países podem gastar mais em educação quando as suas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam de gastar mais em educação para escaparem das suas armadilhas da pobreza*

*Os governos dos países pobres têm que classificar a despesa de saúde numa categoria mais alta do que outros tipos de despesa, tais como a defesa*

---

**Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres (Objectivo 3), objectivos válidos em si mesmos, também são fulcrais para atingir todos os outros Objectivos**

Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres é, na perspectiva mais ampla, um objectivo fundamental da Declaração do Milénio, embora a eliminação das disparidades na educação primária e secundária seja a única meta quantitativa fixada. A educação contribui para uma saúde melhor, e melhor educação e saúde aumentam a produtividade que conduz ao crescimento económico. O crescimento gera, então, recursos que financiam melhoramentos na saúde e na educação das pessoas, aumentando mais a produtividade. A igualdade de género é fulcral nestas sinergias, porque as mulheres são agentes do desenvolvimento.

As mulheres são as principais prestadoras de cuidados em todas as sociedades. Assim, a sua educação contribui mais para a saúde e a educação da próxima geração do que a dos homens – sobretudo quando as mulheres também têm uma voz forte nas decisões familiares. À medida que envelhecem, as raparigas instruídas têm menos filhos e mais saudáveis, apressando a transição para taxas de fertilidade mais baixas. Mulheres mais instruídas e mais saudáveis também contribuem para uma maior produtividade – por exemplo, adoptando inovações agrícolas – e, assim, para rendimentos familiares mais elevados. Além disso, essas mulheres trabalham muitas vezes fora de casa e obtêm rendimentos independentes, aumentando a sua autonomia. Estes processos benéficos têm mais força quando as mulheres têm autonomia e voz nas decisões familiares. E quando as mulheres podem agir colectivamente para exigir mais direitos – à educação, cuidados de saúde, empregos iguais – ainda são mais prováveis essas sinergias.

---

**Reduzir a mortalidade de crianças, melhorar a saúde materna e combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças (Objectivos 4-6) exige um aumento significativo do acesso a cuidados de saúde**

Todos os anos mais de 10 milhões de crianças morrem de doenças evitáveis – 30.000 por dia. Mais de 500.000 mulheres morrem por ano na gravidez e no parto, sendo essas mortes 100 vezes mais prováveis na África Subsariana do que nos países da OCDE

de rendimento elevado. Em todo o mundo, 42 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA, 39 milhões das quais em países em desenvolvimento. A tuberculose continua a ser (juntamente com a SIDA) a principal assassina infecciosa de adultos, causando 2 milhões de mortes por ano. As mortes por malária, actualmente 1 milhão por ano, podem duplicar nos próximos 20 anos.

Sem um progresso muito mais rápido, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nestas áreas (Objectivos 4-6) não serão atingidos. Mesmo em relação ao Objectivo da mortalidade de crianças, em que o progresso tem sido constante, ao ritmo actual, a África Subsariana só reduziria a mortalidade de crianças em dois terços 150 anos depois da data fixada pelo Objectivo.

Tais estatísticas são vergonhosas, dado que muitas dessas mortes podiam ser evitadas com o uso mais generalizado de mosquiteiros nas camas, parteiras, antibióticos a preços acessíveis, higiene básica e a abordagem de tratamento conhecida por TODB (terapia observada directamente, casos de tratamento breve) para combater a tuberculose – não são soluções de alta tecnologia, mas podem, em conjunto, salvar milhões de vidas. No entanto, continuam fora do alcance de muitos países. Porquê? Por razões claramente sistémicas. Tal como em relação à educação, há falta de recursos para sistemas de saúde (especialmente para a saúde básica), falta de igualdade no que os sistemas fornecem e falta de eficiência na maneira como os serviços são fornecidos.

Os sistemas de saúde dos países pobres estão gravemente subfinanciados para se atingirem os Objectivos. Nenhum país da OCDE de rendimento elevado gasta menos de 5% do PIB em serviços de saúde pública. Mas os países em desenvolvimento raramente excedem essa percentagem – a maioria gasta entre 2% a 3%. Em 1997, a despesa pública média com a saúde foi de apenas 6 dólares per capita nos países menos desenvolvidos e de 13 dólares nos outros países de rendimento baixo – em comparação com 125 dólares nos países de rendimento médio superior e 1.356 dólares nos países de rendimento elevado. A Organização Mundial da Saúde calcula que 35 a 40 dólares per capita é o mínimo dos mínimos para serviços básicos de saúde. Em países pobres é basicamente impossível pagar preços internacionais por medicamentos salvadores de vidas – e é quase criminoso esperar que os pobres dos países pobres o façam.

Com orçamentos pequenos e inadequados, os pobres ficam para trás. Na maioria dos países, os 20% de famílias mais pobres beneficiam de muito menos de 20% da despesa com a saúde. Todavia, uma despesa mais equitativa leva a melhores resultados: os países com maiores dotações para as famílias mais pobres têm taxas de mortalidade de crianças mais baixas. As disparidades rural-urbano são outro exemplo de despesa injusta. As áreas rurais obtêm geralmente muito menos. No Camboja, 85% das pessoas vivem em zonas rurais, mas apenas 13% dos trabalhadores governamentais da saúde estão localizados nessas áreas. Em Angola, 65% das pessoas vivem em zonas rurais, mas apenas 15% dos profissionais de saúde trabalham nessas zonas.

A falta de recursos tem um efeito corrosivo nos sistemas de saúde, porque os defeitos de uma área reflectem-se noutras. Quando as clínicas não têm medicamentos, os pacientes são desencorajados de lá irem à procura de tratamento. Isso leva a um elevado absentismo do pessoal, corroendo mais a eficiência. Porque é improvável que a comunidade encontre serviços de saúde que valham a pena, ela não monitoriza o sistema e, assim, os serviços tornam-se menos (em vez de mais) sensíveis às necessidades.

A política pública precisa de responder às questões dos níveis de recursos, da equidade e da eficiência:

- *Mobilizar recursos.* Os governos dos países pobres têm que classificar a despesa de saúde numa categoria mais alta do que outros tipos de despesa, tais como a defesa. E dentro dos orçamentos da saúde, deve ser dada prioridade à saúde básica. Mas em países de rendimento baixo é improvável que isso seja suficiente.
- *Aumentar os recursos externos.* Estes incluem a ajuda, mas o alívio da dívida, donativos de medicamentos e descontos nos preços feitos pelas companhias farmacêuticas também ajudariam.
- *Alcançar maior equidade.* Os governos devem corrigir desequilíbrios focando as áreas rurais, comunidades pobres, mulheres e crianças. Mas focar apenas os cuidados primários não ajuda; hospitais públicos esmagados por pacientes com SIDA, ou tuberculose, não podem atender outros doentes.
- *Fazer com que os sistemas de saúde funcionem melhor.* Os governos com restrições financeiras enfrentam um dilema ao estabelecer prioridades. A primeira prioridade é manter um sistema integrado. Os programas verticais concentrados em doenças es-

pecíficas tornaram-se populares, mas não podem ser eficazes nem sustentáveis sem infra-estruturas básicas de saúde. Esses programas devem ser integrados com a estrutura global de saúde. Os cuidados de saúde materna e reprodutiva também reclamam a integração. Muitos países concentram-se no planeamento familiar para excluir a saúde infantil e materna. Focar intervenções essenciais não é suficiente; é preciso igual enfoque para garantir que todos os centros primários de saúde tenham medicamentos essenciais.

Porque os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro refúgio para muitas pessoas pobres, os governos devem trazê-los para o domínio público através de melhor regulamentação. Há muitas medidas que podem ajudar: legislação de protecção do consumidor, acreditação para assinalar aos consumidores quais são os prestadores que estão registados, fazer com que os profissionais concordem em restringir as suas práticas aos medicamentos essenciais. Mas onde têm sido privatizados serviços de alto nível através da gestão de serviços de cuidados, como em muitos países da América Latina, a experiência tem sido menos do que positiva para as pessoas mais pobres.

*Porque os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro refúgio para muitas pessoas pobres, os governos devem trazê-los para o domínio público através de melhor regulamentação*

---

**Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável e a saneamento adequado (Objectivo 7) exige uma abordagem integrada. Sem saneamento e higiene, a água potável é muito menos útil para a saúde**

Mais de mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento – uma em cada cinco – carecem de acesso a água potável. E 2,4 mil milhões carecem de acesso a melhor saneamento. Ambas podem ser questões de vida ou de morte. A diarreia é uma grande assassina de crianças: nos anos de 1990, matou mais crianças do que o total de pessoas perdidas em conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. As mais afectadas são as pessoas pobres das áreas rurais e as comunidades pobres dos bairros degradados.

E tal como em relação aos outros Objectivos da saúde, são bem conhecidas as soluções técnicas de baixo custo para acesso comunitário: poços protegidos, colunas de água públicas, nascentes protegidas, latrinas com descarga, latrinas simples de fossa, latrinas de fossa ventiladas e ligações a tanques sép-

*As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental devem afirmar a importância do envolvimento das comunidades locais nas soluções*

ticos ou a esgotos públicos cobertos. Todavia, há vários factores que minam a eficácia destas soluções. Além disso, não são totalmente adequadas:

*Água sem saneamento.* O acesso a água potável é de longe menos útil sem saneamento adequado e sem melhor higiene. Melhores cuidados de saúde são desperdiçados no tratamento de doenças provocadas pela água que podiam ter sido evitadas com água potável, saneamento adequado e melhor higiene. Mas se a procura de água potável é evidente, a procura de saneamento seguro depende muito mais da educação em matéria de higiene. Normalmente, as famílias pobres têm que tomar a iniciativa de instalar sistemas de saneamento nas respectivas casas e muitas vezes têm que financiar os custos. Se não estiverem convencidas de que esse investimento é necessário, é improvável que prossigam.

*Falta de recursos para financiar infra-estruturas de custo elevado.* Em áreas urbanas e peri-urbanas, o abastecimento de água exige a exploração de nascentes, transporte a granel para a comunidade a servir e uma rede de distribuição local. O saneamento exige sistemas públicos de recolha e tratamento de esgotos. Esses investimentos acarretam custos significativos que estão muito para além dos meios da maioria das autoridades locais. Mesmo em países de rendimento médio, esses elementos devem ser fornecidos pelos governos nacionais. A componente mais cara da infra-estrutura de água e saneamento é o tratamento das águas residuais, para evitar que as águas de esgotos em bruto entrem nos cursos de água e contaminem as águas subterrâneas. Isso também exige tecnologias melhoradas. Mas as autoridades municipais carecem de recursos para investir em saneamento básico.

*Encargos elevados e má manutenção.* Os governos devem assegurar que o acesso das pessoas pobres aos serviços de água e saneamento não seja minado por encargos injustos que subsidiam os não pobres. Os que estão melhor devem suportar uma parte maior dos custos financeiros de manutenção da infra-estrutura destes serviços. Investir em sistemas de custo elevado para a parte das cidades que vive melhor deixa poucos recursos para esquemas de baixo custo – e muitas vezes deixa os bairros de lata e as áreas peri-urbanas sem serviços. Além disso, a manutenção dos sistemas de água tende a ser pior nas áreas rurais e peri-urbanas. O envolvimento da comunidade tem-se revelado fundamental para melhorar os serviços nessas áreas.

As experiências com a participação privada multinacional na água e saneamento têm sido mistas. Tem havido alguns sucessos do sector privado com o crescimento dos serviços de água para comunidades pobres de grandes cidades (tais como Buenos Aires, na Argentina e a área metropolitana de Manila, nas Filipinas). Mas esses êxitos têm sido contrabalançados, por vezes, com corrupção em grande escala e recuos nos acordos com os governos. Deve ser promovida a iniciativa local no sector, com bancos nacionais de desenvolvimento a fornecerem os meios financeiros.

---

**Assegurar a sustentabilidade ambiental (Objectivo 7) exigirá a gestão dos ecossistemas de maneira a poderem fornecer serviços que sustentem a subsistência humana. Isso também será importante para atingir os outros Objectivos**

A degradação dos solos afecta cerca de 2 mil milhões de hectares, prejudicando a subsistência de mil milhões de pessoas que vivem em terras secas. Cerca de 70% das pescas comerciais estão totalmente exploradas, ou sobreexploradas, e 1,7 mil milhões de pessoas – um terço da população do mundo em desenvolvimento – vivem em países que enfrentam a pressão sobre a água.

Há uma geografia desigual do consumo, dos danos ambientais e do impacto humano. Os países ricos geram a maioria da poluição ambiental do mundo e esgotam muitos dos seus recursos naturais. Entre os exemplos fundamentais contam-se o esgotamento das pescas mundiais e as emissões de gases de estufa, que causam alterações climáticas, ambos ligados a padrões insustentáveis de consumo das pessoas e países ricos. Nos países ricos, as emissões de dióxido de carbono per capita são de 12,4 toneladas — enquanto nos países de rendimento médio são de 3,2 toneladas e nos países de rendimento baixo, de 1,0 tonelada. As pessoas pobres são as mais vulneráveis aos choques e tensões ambientais, tais como os impactes antecipados da mudança global do clima.

Inverter estas tendências negativas é um fim em si mesmo. Mas a inversão também contribuiria para os outros Objectivos, porque a saúde, os rendimentos e as oportunidades das pessoas pobres são fortemente influenciados pelo esgotamento dos recursos naturais. A subsistência de

cerca de 900 milhões de pessoas pobres que vivem em áreas rurais depende, em grande medida, de produtos naturais. Um quinto do fardo de doenças dos países pobres pode estar ligado a factores de risco ambientais. A mudança climática pode prejudicar a produtividade agrícola em países pobres e aumentar os riscos, expondo-os a choques como as cheias. Estes são apenas alguns exemplos das interações entre o Objectivo ambiental e os outros Objectivos.

As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental deviam afirmar a importância do envolvimento das comunidades locais nas soluções. Também deviam afirmar a importância das mudanças políticas em países ricos. As prioridades políticas são:

- *Melhorar as instituições e a governação.* Definir claramente os direitos de propriedade e do utilizador, melhorar a monitorização e o cumprimento dos padrões ambientais e envolver as comunidades na gestão dos seus recursos ambientais.
- *Tratar da protecção e gestão ambiental* nas políticas sectoriais e noutras estratégias de desenvolvimento de cada país.
- *Melhorar o funcionamento dos mercados.* Eliminar, em especial nos países ricos, os subsídios que prejudicam o ambiente (como os subsídios para combustíveis fósseis ou para grandes frotas pesqueiras comerciais) e reflectir os custos ambientais através de taxas sobre a poluição.
- *Reforçar os mecanismos internacionais.* Melhorar a gestão internacional de questões globais como a protecção das bacias hidrográficas internacionais e a inversão das alterações climáticas, juntamente com mecanismos para partilhar equitativamente esses fardos.
- *Investir em ciência e tecnologia.* Investir mais em tecnologias de energias renováveis e criar um observatório para controlar o funcionamento e o estado dos principais ecossistemas.
- *Conservar ecossistemas críticos.* Criar áreas protegidas com o envolvimento de pessoas locais.

É necessária uma nova parceria entre países ricos e pobres para estas políticas se enraizarem e darem frutos. Para uma divisão justa das responsabilidades, os grandes países precisam de contribuir mais para mitigar a degradação ambiental e aplicar mais recursos para invertê-la. Neste, como noutros Objectivos, há uma necessidade urgente de rectificar alguns desequilíbrios gritantes.

### **As mudanças de política nos países ricos em relação à ajuda, dívida, comércio e transferências de tecnologia (Objectivo 8) são essenciais para atingir os Objectivos**

É difícil imaginar os países mais pobres a atingir os Objectivos 1 a 7 sem as mudanças de política necessárias nos países ricos para atingir o Objectivo 8. Os países pobres não podem, por si mesmos, vencer os constrangimentos estruturais que os mantêm presos em armadilhas de pobreza, incluindo as tarifas e subsídios dos países ricos que restringem o acesso das suas exportações aos mercados, as patentes que restringem o acesso à tecnologia que pode salvar vidas e a dívida insustentável para com os governos de países ricos e instituições multilaterais controladas por estes.

Os países mais pobres não têm os recursos para financiar os investimentos necessários para atingir limiares críticos em infra-estruturas, educação e saúde. Não têm recursos para investir na agricultura e na produção industrial em pequena escala para melhorar a produtividade dos operários. Estes investimentos criam as bases para romper as armadilhas da pobreza — e não podem esperar pelo crescimento económico para gerar recursos. As crianças não podem esperar que o crescimento gere recursos quando são confrontadas com a morte por causas evitáveis.

O enquadramento da parceria da Declaração do Milénio e do Consenso de Monterrey torna claro que a principal responsabilidade por atingir os Objectivos 1-7 é dos países em desenvolvimento. Compromete esses países a mobilizar recursos internos para financiar programas ambiciosos e a pôr em prática reformas políticas para reforçar a governação económica, para dar voz às pessoas pobres na tomada de decisão e para promover a democracia, os direitos humanos e a justiça social. Mas o consenso também é um pacto que compromete os países ricos a fazer mais — embora com base no desempenho e não com base em direitos. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio torna claro o papel decisivo dos países ricos, como se reflecte no Objectivo 8.

Os países ricos prometeram acção em várias frentes, não só na Cimeira do Milénio, mas também na Conferência Internacional de Monterrey Sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Março de 2002, e na Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre

*É difícil imaginar os países mais pobres a atingir os Objectivos 1 a 7 sem as mudanças de política necessárias nos países ricos para atingir o Objectivo 8*

*As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento*

Desenvolvimento Sustentável, em Setembro de 2002. E em Doha, Qatar, em Novembro de 2001, os ministros do Comércio prometeram tornar os interesses dos países pobres fulcrais no seu futuro trabalho sobre o sistema comercial multilateral. Agora é tempo de os países ricos cumprirem essas promessas.

Os países de prioridade máxima são os que precisam mais das acções dos países ricos. Tendo o mais longo caminho a percorrer para atingir os Objectivos, o crescimento económico estagnou durante uma década ou mais, levando a uma acumulação de níveis de dívida insustentáveis. Estes países dependem das exportações de produtos primários, cujos preços caíram substancialmente. A ajuda também diminuiu nos anos de 1990 – em quase um terço, numa base per capita, na África Subsariana – e está muito aquém do que é necessário para atingir os Objectivos.

*Mais ajuda – e ajuda mais eficaz.* A maré de declínio da ajuda foi transformada com as promessas feitas na conferência de Monterrey, prometendo-se cerca de 16 mil milhões de dólares por ano de ajuda adicional, até 2006. Todavia, esse aumento leva a ajuda pública ao desenvolvimento total para apenas 0,26% dos rendimentos nacionais brutos dos 22 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE, ficando muito aquém dos 0,7%, meta em relação à qual os países ricos prometeram trabalhar em Monterrey e Joanesburgo. Também fica aquém da necessidade estimada, de cerca de 100 mil milhões de dólares por ano, numa ordem de grandeza baixa e conservadora – uma duplicação da ajuda, já que passaria para cerca de 0,5% do rendimento nacional bruto dos países da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento.

Mas mais ajuda não é suficiente: ela também tem que ser mais eficaz. O Consenso de Monterrey inclui um compromisso dos doadores de ajudar apenas se os países em desenvolvimento fizerem esforços concertados para melhorar a governação económica e democrática e puserem em prática políticas de efectiva redução da pobreza. O Consenso também exige que os doadores melhorem as suas práticas, especialmente de forma a respeitarem as prioridades de desenvolvimento dos países receptores, desligarem a ajuda, harmonizarem as suas práticas e reduzirem os fardos administrativos para os países receptores, e a descentralizarem a ajuda. Estes importantes compromissos foram reiterados na Declaração de Roma sobre a Harmonização, aprovada pelos dirigentes das insti-

tuições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento que se reuniram em Roma, em Fevereiro de 2003.

*Novas abordagens do alívio da dívida.* Vinte e seis países beneficiaram do alívio da dívida ao abrigo da iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), tendo oito destes atingido o “ponto de conclusão” – o que significa que lhes foi cancelada parte da dívida. Mas é preciso fazer muito mais: não só para mais países beneficiarem, mas também para assegurar que os fardos da dívida dos países sejam realmente sustentáveis. O Uganda, por exemplo, sofreu recentemente o colapso dos preços do café e a redução dos rendimentos das exportações, pelo que os seus níveis de dívida voltaram a tornar-se insustentáveis.

*Expandir o acesso aos mercados ajuda os países a diversificar e a alargar o comércio.* As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento. As tarifas médias da OCDE sobre produtos manufacturados provenientes dos países em desenvolvimento são mais de quatro vezes as que incidem sobre bens manufacturados de outros países da OCDE. Além disso, os subsídios agrícolas nos países ricos levam à concorrência desleal. Os agricultores de algodão do Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo melhoraram a produtividade e atingiram custos de produção mais baixos do que os seus concorrentes dos países ricos. Mesmo assim, mal podem competir. Os subsídios agrícolas dos países ricos totalizam mais de 300 mil milhões de dólares por ano – cinco vezes a ajuda pública ao desenvolvimento.

*Melhor acesso ao progresso técnico global.* Os avanços tecnológicos das últimas décadas aumentaram extraordinariamente o potencial de inovação tecnológica capaz de melhorar a vida das pessoas. Há um campo enorme para os países ricos canalizarem os progressos tecnológicos, de modo a acelerar o desenvolvimento humano, invertendo a situação de negligência em relação às necessidades das pessoas pobres. Hoje, por exemplo, apenas 10% dos gastos mundiais em investigação e desenvolvimento médico são orientados para as doenças dos 90% mais pobres da população mundial.

Os países ricos também podem ajudar a assegurar que o acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), proteja os direitos dos países em desenvolvimento. O acordo não protege adequa-

damente os direitos das comunidades indígenas ao conhecimento tradicional, algumas vezes patenteados por pessoas de fora. E ainda que o acordo contenha provisões para as transferências de tecnologia, a redacção é vaga – e não se verifica nenhuma forma de execução. A conferência ministerial da OMC de 2001, em Doha, Catar, reafirmou que o acordo TRIPS não deveria impedir os países pobres de produzirem medicamentos essenciais acessíveis às suas populações. A conferência decidiu chegar a um acordo, até Dezembro de 2002, sobre o modo como os países sem capacidade industrial adequada poderiam aceder aos medicamentos. Mas o prazo foi ultrapassado sem qualquer resolução em perspectiva.

*Acompanhar os compromissos – e estabelecer novas metas.* Os países ricos assumiram muitos compromissos, mas a maioria sem metas quantitativas ou delimitadas no tempo. Para os países em desenvolvimento atingirem os Objectivos 1 a 7, até 2015, os países ricos têm que realizar progressos nalgumas áreas críticas antes dessa data – com prazos, de modo que os progressos possam ser monitorizados. Este Relatório propõe que os países ricos fixem prioridades para:

- Aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para preencher hiatos de financiamento (calculados em, pelo menos, 50 mil milhões de dólares).
- Desenvolver medidas concretas para pôr em prática a Declaração de Roma sobre Harmonização.
- Eliminar tarifas e quotas para produtos agrícolas, têxteis e vestuário exportados por países em desenvolvimento.
- Eliminar subsídios agrícolas sobre produtos que concorrem com os de países em desenvolvimento.
- Chegar a acordo e financiar, aos PPAE, uma facilidade de financiamento compensatório aos choques externos – incluindo colapsos de preços de produtos primários.

- Chegar a acordo e financiar uma redução mais profunda da dívida dos PPAE que tenham chegado ao seu ponto de conclusão, para assegurar a sustentabilidade.
- Introduzir a protecção e remuneração do conhecimento tradicional no acordo TRIPS.
- Chegar a acordo sobre o que os países sem capacidade industrial suficiente podem fazer para proteger a saúde pública ao abrigo do acordo TRIPS.

Tal como as pessoas podem monitorizar os actos dos respectivos governos para cumprirem os seus compromissos, os países ricos também deveriam monitorizar os seus progressos no cumprimento dos respectivos compromissos. Deveriam preparar relatórios de progresso – contribuindo para uma estratégia global de redução da pobreza – que explicassem as suas prioridades de acção.

\* \* \*

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apresentam o mundo com desafios assustadores. A menos que haja uma melhoria radical, são demasiados os países que falharão os objectivos – com consequências desastrosas para os mais pobres e mais vulneráveis dos seus cidadãos. Todavia, o mundo tem hoje uma oportunidade sem precedentes de cumprir o compromisso de erradicar a pobreza. Pela primeira vez existe um verdadeiro consenso entre países ricos e pobres de que a pobreza é o problema do mundo. E é em conjunto que o mundo tem que combatê-la. Como este Relatório explica, muitas das soluções para a fome, doença, pobreza e falta de instrução são bem conhecidas. O que é preciso é que os esforços sejam dotados de recursos adequados e que os serviços sejam distribuídos com mais justiça e eficiência. Isto só acontecerá se todos os países, ricos e pobres, assumirem as suas responsabilidades para com os milhares de milhões de pessoas pobres de todo o mundo.